

RECOMENDAÇÃO

Criação da tarifa social da água no Porto e implementação automatizada da mesma

O acesso universal aos serviços de água é um direito inalienável de todos os cidadãos e cidadãs reconhecido pelas Nações Unidas desde 1977.

No município do Porto, este direito nem sempre tem sido garantido a toda a população. Diariamente, a empresa municipal Águas do Porto procede a cerca de 50 cortes no fornecimento de água por falta de pagamento, muitas vezes, a pessoas em situação de carência económica.

O recente decreto-lei nº 147/2017, de 5 de dezembro, que estabelece o regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas, concretiza uma medida inscrita no Orçamento de Estado de 2017, com origem numa primeira resolução parlamentar apresentada pelo Bloco de Esquerda. Este decreto-lei define a forma como as autarquias podem criar a tarifa social da água, com redução de preço ou isenções no tarifário de água ou de saneamento, tendo em conta as pessoas “que se encontrem numa situação de carência económica”.

O decreto-lei enunciado estabelece ainda que a adesão dos municípios “é voluntária, mediante deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal” e que a sua atribuição “é automática, não carecendo de pedido ou requerimento dos interessados”, através da interconexão e tratamento dos dados pessoais entre os serviços da Segurança Social, da Autoridade Tributária e Aduaneira e os municípios.

O município do Porto ainda não aderiu à tarifa social da água, apesar desta medida ser recomendada pelo regulador (ERSAR) desde 2012 e ser já aplicada na grande maioria dos municípios portugueses. No Porto, a sua aplicação fará toda a diferença para cerca de 16.000 famílias em situação de carência económica, constituindo um importante instrumento de combate à pobreza.

.Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida em sessão ordinária no dia 11 de Dezembro de 2017, recomenda ao Executivo da Câmara Municipal do Porto:

- 1) A aplicação do regime de atribuição automática da tarifa social no abastecimento de água e saneamento no concelho, de acordo com o estipulado no decreto-lei nº 147/2017, de 5 de dezembro.

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Porto, 11 de Dezembro de 2017